Relatório Anual do Tribunal de Contas relativo a 2016

João Figueiredo, Membro do TCE
Lisboa, outubro 2017

O TCE e o orçamento da UE

As contas anuais da UE e a gestão dos recursos são auditadas pelo Tribunal de Contas Europeu, que elabora:

1. O relatório anual sobre as atividades financiadas pelo orçamento geral, com as suas observações pormenorizadas sobre as contas anuais e as operações subjacentes.

2. Uma declaração de fiabilidade que integra o relatório anual, sobre:
- a fiabilidade das contas e
- a legalidade e regularidade das operações subjacentes que envolvem quer receitas cobradas quer pagamentos a beneficiários finais.

3. Relatórios especiais que apresentam os resultados das auditorias sobre domínios específicos.

A Comissão recebe quitação das autoridades orçamentais – Parlamento e Conselho – também com base nos relatórios e declarações do TCE

Domínios de despesa

Competitividade (15,2 mil milhões)

investigação e inovação (cerca de 60%), educação e emprego, mercado único digital (7º Programa-Quadro de Investigação e Horizonte 2020)

Coesão (35,7 mil milhões)

reduzir disparidades entre EM e regiões, reforço da competitividade das regiões e da sua cooperação (FEDER (56%), FSE (21%) e FC (20%)

Recursos Naturais (57,9 mil milhões)

ajudas diretas aos agricultores e intervenção nos mercados agrícolas (FEAGA - 77%); desenvolvimento rural (FEADER - 21%); pescas (FEAMP - 1%) e Outros (1%)

Segurança e Cidadania (2,4 mil milhões)

proteção das fronteiras, imigração e asilo, justiça e assuntos internos, saúde pública, proteção dos consumidores, cultura juventude, informação e diálogo com os cidadãos

Europa Global (8,3 mil milhões)

política externa, apoio aos países candidatos, assistência ao desenvolvimento e ajuda humanitária

Administração (9,4 mil milhões)

despesas administrativas (despesas com pessoal 60%)

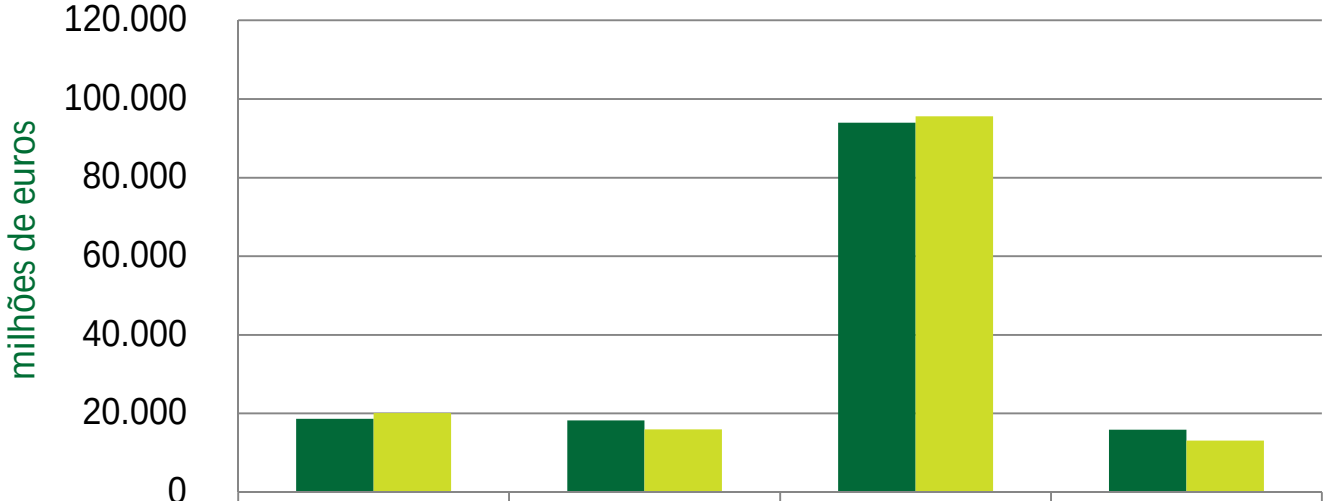
Apresentação RA 2016

1. **Principais constatações**
2. **Declaração de fiabilidade**
3. **Gestão orçamental e financeira**
4. **Orçamento União: obter resultados**
5. **Conclusões**

Principais constatações

Receitas

145 mil milhões de euros | 2016
147 mil milhões de euros | 2015

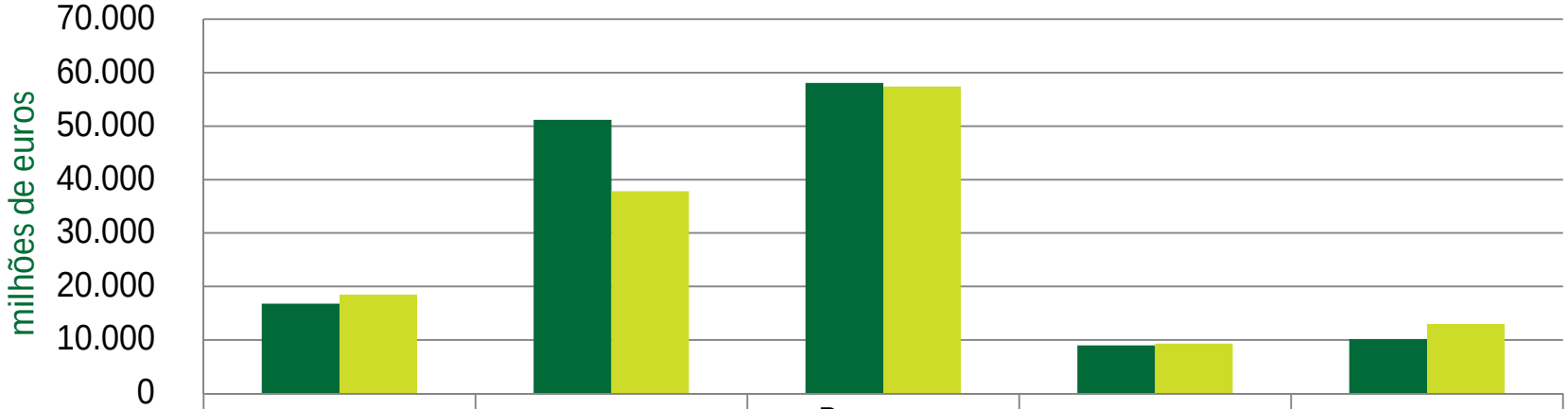


	Direitos Aduaneiros	IVA	RNB	Outros
2015	18.607	18.269	94.009	15.886
2016	20.094	15.934	95.578	13.111

Principais constatações

Pagamentos

136 mil milhões de euros | 2016
145 mil milhões de euros | 2015



	Competitividade	Coesão	Recursos Naturais	Administração	Outros
2015	16.802	51.207	58.066	8.978	10.190
2016	18.461	37.804	57.412	9.324	13.000

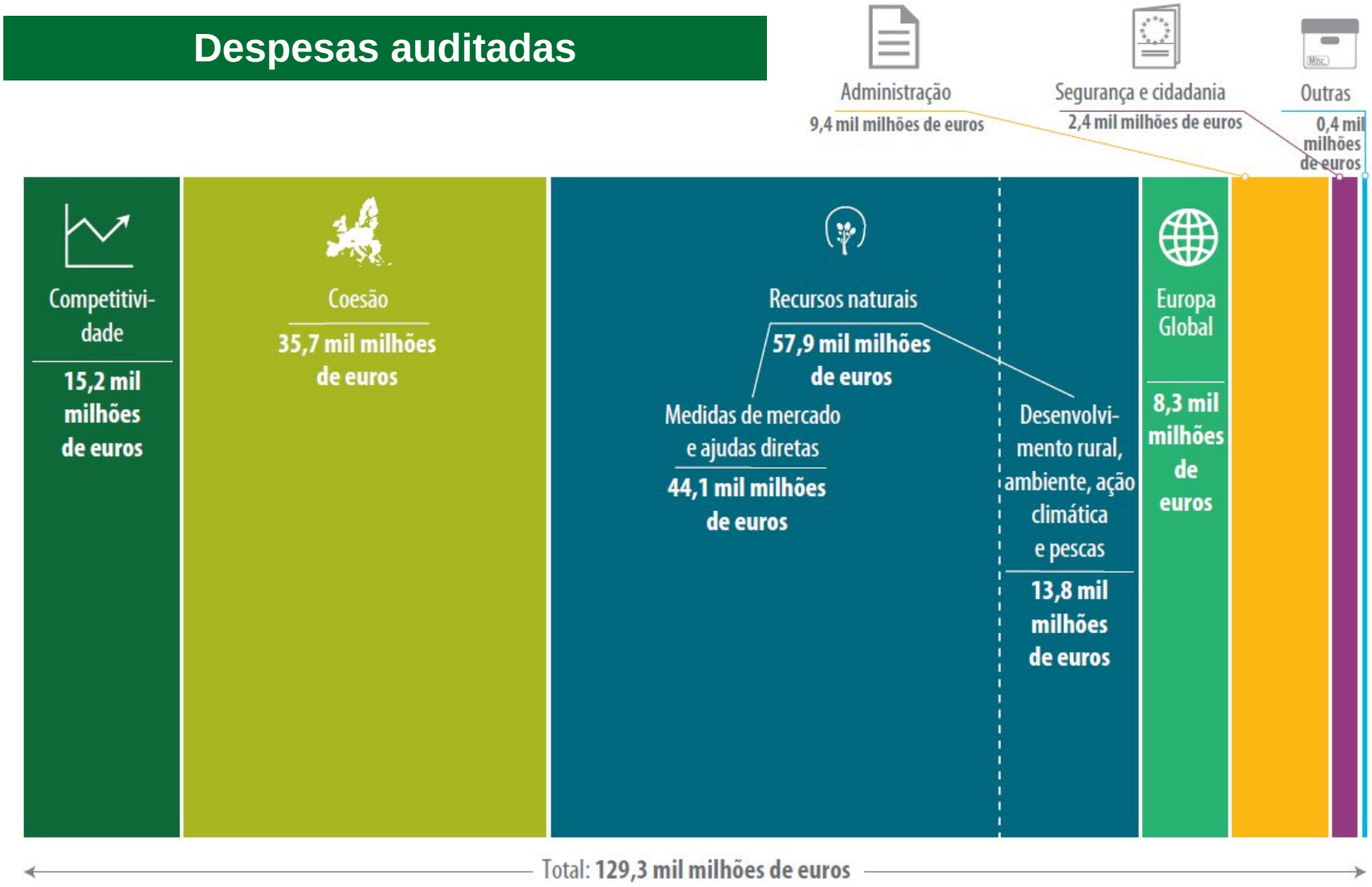
Total das Dotações de Pagamento do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 :
1 025 429 milhões de euros

Representam cerca de
267 euros por cidadão;
2% do total das despesas das administrações publicas dos Estados-Membros

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

Principais constatações

Despesas auditadas



Principais constatações

Fluxos financeiros com Portugal

Contribuição de Portugal	1,8 mil milhões
Pagamentos a Portugal	3,4 mil milhões
Saldo	1,6 mil milhões

Principais constatações

Fluxos financeiros (milhões de euros)

Transferência EU/PT	2016	2015	2014
Competitividade e Coesão	1 797,1	1 428,1	3 372,2
Regiões menos desenvolvidas	1 277,8	*854*	*2 421*
Fundo de Coesão	132,6	*142*	*723*
Recursos Naturais	1 531,4	1 097,8	1 507,4
Rural development	748,4	*304*	*737*
Segurança e Cidadania	31,4	36,2	29,8
Total	3 359,9	2 562,2	4 909,4

Transferência PT/EU	2016	2015	2014
RNB	1 172,7	1 152,7	1 270,3
Outros	630,7	493,7	477,6
Total	1 802,9	1 646,4	1 747,9
Saldo	1 557,0	915,8	3 161,5

Declaração de fiabilidade

- O Tribunal de Contas Europeu apresenta uma **opinião favorável** sobre a **fiabilidade das contas** da União Europeia relativas ao exercício de 2016.

- As **receitas** de 2016, no seu conjunto, foram **legais** e **regulares**, à semelhança dos exercícios anteriores.

- O Tribunal emitiu uma **opinião com reservas (em vez de uma opinião adversa) sobre os pagamentos de 2016**.

Declaração de fiabilidade

- Nos últimos anos, registou-se uma **melhoria constante** do nível de **erro global** estimado:

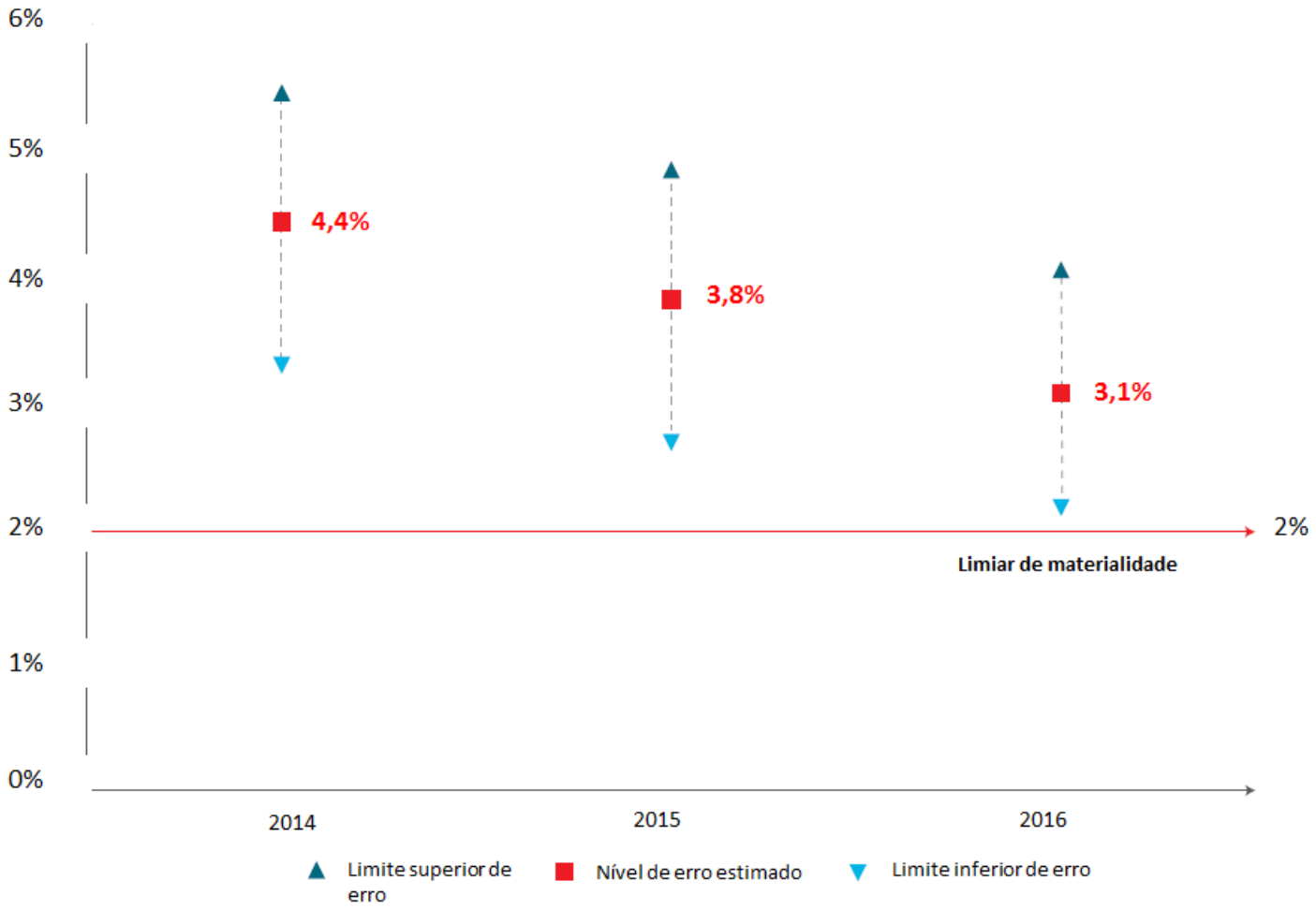
2016: 3,1%

2015: 3,8%

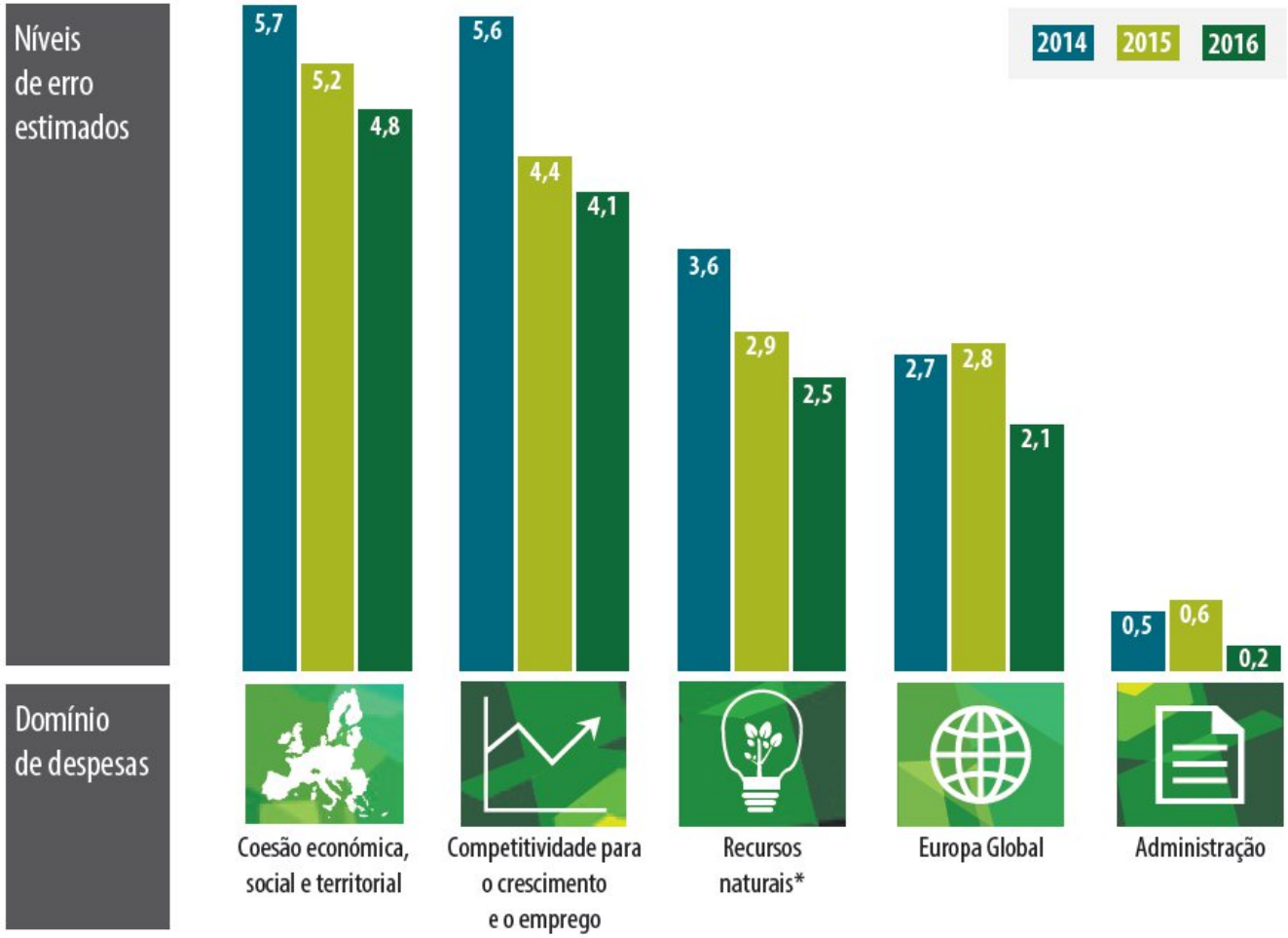
2014: 4,4%

- Esta evolução positiva verifica-se também em **todos os domínios de despesa**.

Nível de erro estimado para o orçamento da UE no seu conjunto (2014-2016)



Comparação entre os níveis de erro estimados para os domínios de despesas da UE (2014-2016)



Principais constatações

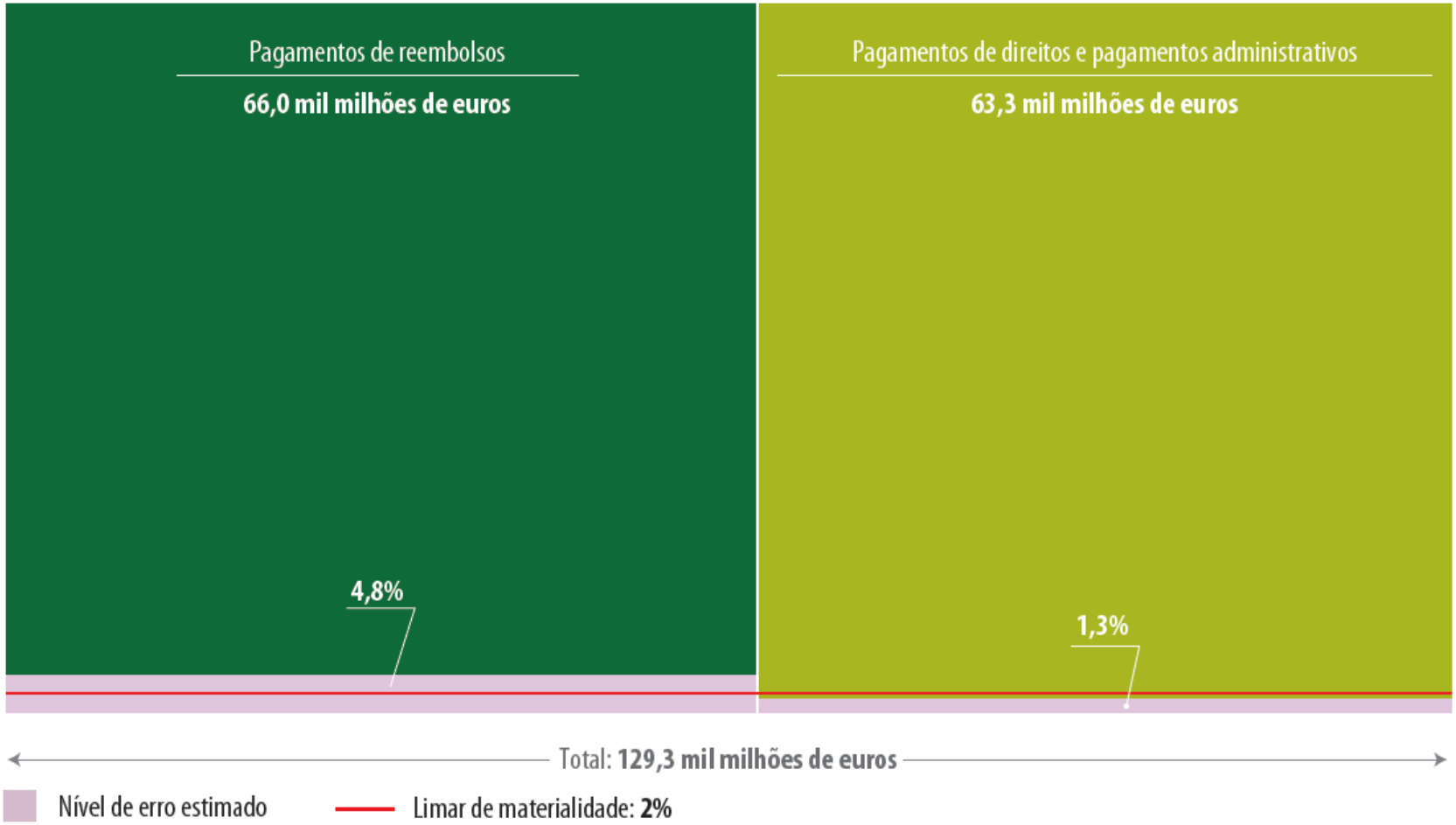
Regimes de despesas

- **Regimes baseados em direitos** - cumprimento de condições:
  - Ajudas diretas aos agricultores, que constituem a maior parte das despesas do domínio Recursos Naturais: medidas de mercado e ajudas diretas (com um nível de erro estimado de 1,7%) e
  - Administração (0,2%).

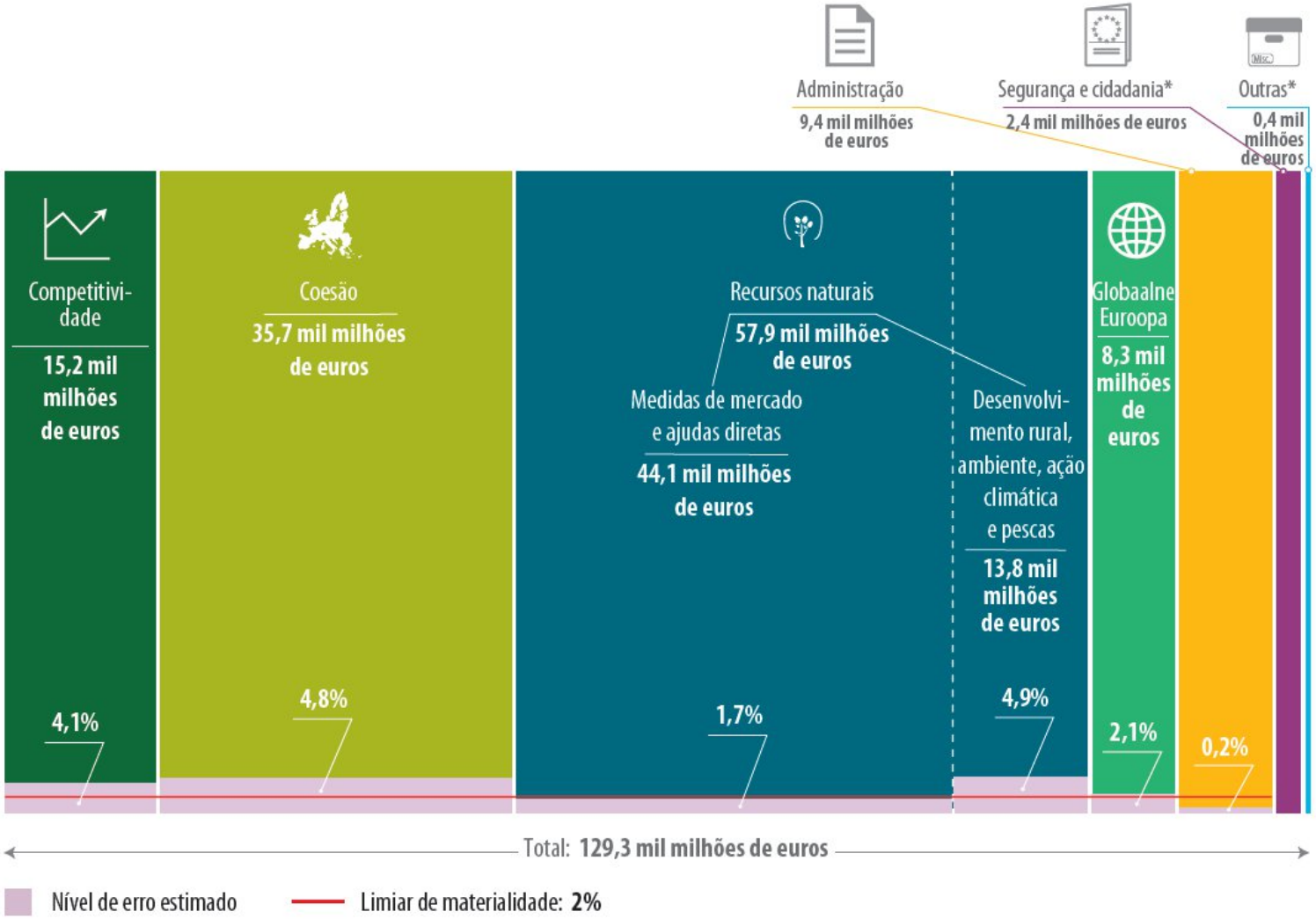
Estas áreas apresentaram um nível de erro estimado inferior ao limiar de materialidade de 2%.

- **Regimes de reembolso de custos –** despesas efetuadas**:**
  - Projetos de investigação na Competitividade (4,1%)
  - Projetos de investimento na Coesão (4,8%)
  - Projetos de infraestruturas no Desenvolvimento Rural (4,9%).

Cerca de metade das despesas de 2016 estão isentas de erros materiais



Resultados dos testes das operações nos domínios de despesas da UE em 2016



Declaração de fiabilidade

Regime de despesa e nível de erro

		2016	2015
Regime de despesa			
Reembolso de custos		4,8%	5,2%
Baseado em direitos		1,3%	1,9%
Nível de erro por domínio QFP			
Competitividade		4,1%	4,4%
Coesão		4,8%	5,2%
Recursos naturais		2,5%	2,9%
	FEAGA	1.7%	2,2%
	FEADER	4.9%	5,3%

Declaração de fiabilidade

Medidas corretivas

- Impacto positivo das medidas corretivas: sem estas medidas, o nível de erro global teria sido de 4,3% em vez de 3,1%
- Utilização das informações disponíveis pode ser mais adequada:
  - ✓ Na Competitividade: taxa de erro de 2,9%, em vez dos 4,1%
  - ✓ Na Coesão: taxa de erro de 1,1%, ao invés de 4,8%
  - ✓ Nos Recursos Naturais: taxa de erro de 1% em vez de 2,5 %.

Há, portanto, ainda margem para melhorar os sistemas de gestão e controlo dos fundos da União

Declaração de fiabilidade

O Tribunal auditou
966 transações

Nº de Transações Auditadas

Exercícios	2016	2015	2014
Competitividade	150	150	166
Coesão	180	223	331
Recursos Naturais	380	352	356
Europa Global	156	156	172
Administração	100	168	129
TOTAL	966	1049	1154

Declaração de fiabilidade

Tipos de erro que contribuem mais para a taxa de erro global

- Custos inelegíveis nas declarações de despesas – 41%;
- Declarações incorretas das superfícies – 17%;
- Projetos, atividades ou beneficiários inelegíveis – 17%;
- Incumprimentos graves na contratação publica – 15%.

Declaração de fiabilidade

Casos de suspeita de fraude

- Detetados 11 casos de suspeita de fraude (12 em 2015), que foram comunicados ao OLAF.

- Em Portugal não foram detetados casos de suspeita de fraude.

- Os casos de suspeita de fraude disseram respeito à criação artificial de condições de elegibilidade, à não entrega de bens ou serviços, e a incumprimentos graves na contratação pública.

Gestão orçamental e financeira

- Em 2016, a UE efetuou **menos pagamentos** do que o inicialmente previsto, devido aos atrasos significativos na execução do período 2014-2020, no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), em particular na Coesão e Desenvolvimento Rural

Gestão orçamental e financeira

- Os **fundos do orçamento da UE** representam uma percentagem significativa do **investimento em capital** de alguns EM.
- Assim sendo, o seu volume e o momento em que são recebidos podem ter **efeitos macroeconómicos importantes**, nomeadamente no investimento, no crescimento e no emprego (**dificuldades de absorção** dos EM).

Gestão orçamental e financeira

- A **exposição financeira global** do orçamento da UE, traduzida pela acumulação das **montante de autorizações por liquidar** também aumentou, para mais de **238 mil milhões de euros**, com importantes passivos a longo prazo, garantias e obrigações jurídicas.
- O aumento significativo das autorizações por liquidar poderá criar **problemas de financiamento no futuro.**

Gestão orçamental e financeira

Autorizações por liquidar (RAL: Restant à liquider) 2016

	1.Jan.2016	Pagamentos (1)	No ano (2)	31.Dez.2016	Acresc. %
1a Competividade	34 455	12 431	13 599	35 623	3
1b Coesão	126 372	37 529	50 473	139 316	10
2 Recursos Naturais	28 191	13 983	19 740	33 947	20
3 Segurança & Cidadania	3 137	1 624	2 655	4 167	33
4 Europa Global	24 673	7 881	8 182	24 974	1
5 Administração	865	856	724	732	-15
TOTAL	217 693	74 307	95 373	238 759	10

1. Pagamentos (70 482) + anulações (3 825) de autorizações por liquidar transitadas de 2015

2. Autorizações por liquidar relativas a 2016

Gestão orçamental e financeira

- O QFP 2014-2020 dispõe de instrumentos especiais e de margens para lidar de maneira mais flexível com **situações de emergência**.
- Devido aos atrasos registados na execução das despesas da União durante o atual quadro, poderá não haver flexibilidade suficiente para financiar a resposta da União a **acontecimentos imprevistos**.
- Os **mecanismos de financiamento** têm evoluído muito ao longo dos anos**.**
- Se esta tendência se mantiver, a **prestação de contas e a transparência do orçamento da UE poderão ser comprometidas.**

Orçamento da União: Obter resultados

- A Comissão **aceita e executa** uma elevada proporção das **recomendações** que lhe foram dirigidas pelo Tribunal entre 2010 e 2013

- A Comissão **executou 90 das 108 recomendações**, totalmente ou na maior parte dos aspetos

Orçamento da União : Obter resultados

Relatórios Especiais

- O Tribunal de Contas Europeu publicou relatórios sobre a avaliação da boa gestão financeira em políticas e programas específicos:

✓ 2015 | 25 relatórios especiais

✓ 2016 | 36 relatórios especiais.

Relatórios especiais TCE de 2016

- RE 1/2016 – Apoio ao rendimento dos agricultores
- RE 2/2016 – Acompanhamento dos relatórios especiais TCE de 2014
- RE 3/2016 – Combater a eutrofização no mar Báltico
- RE 4/2016 – Instituto europeu de inovação e tecnologia
- RE 5/2016 – Aplicação Diretiva Serviços
- RE 6/2016 – Programa erradicação, controlo e vigilância doenças animais
- RE 7/2016 – Gestão pelo Serviço europeu para a ação externa dos seus edifícios
- RE 8/2016 – Transporte ferroviário de mercadorias na União
- RE 9/2016 – Política de migração da União nos países vizinhos
- RE 10/2016 – Procedimento relativo ao défice excessivo
- RE 11/2016 – Reforço capacidade administrativa da Macedónia
- RE 12/2016 – Utilização das subvenções pelas agências
- RE 13/2016 – Assistência da União ao reforço da administração pública da Moldávia
- RE 14/2016 – Apoio da União à integração dos ciganos
- RE 15/2016 – Ajuda humanitária na região dos Grandes Lagos Africanos
- **RE 16/2016 – Educação**
- RE 17/2016 – Procedimentos de contratação pública nas instituições europeias
- RE 18/2016 – Certificação de biocombustíveis sustentáveis na União

Relatórios especiais TCE de 2016

- RE 19/2016 – Instrumentos financeiros no período 2007-2013
- RE 20/2016 – Reforço da capacidade administrativa de Montenegro
- RE 21/2016 – Apoio de pré-adesão Balcãs Ocidentais
- RE 22/2016 – Desmantelamento nuclear Lituânia, Bulgária e Eslovénia
- RE 23/2016 – Transporte marítimo na União
- **RE 24/2016 – Auxílios estatais na Coesão**
- RE 25/2016 – Sistema de identificação das parcelas agrícolas
- RE 26/2016 – Condicionalidade
- RE 27/2016 – Governação na Comissão Europeia
- RE 28/2016 – Ameaças sanitárias transfronteiriças graves na União
- RE 29/2016 – Mecanismo Único de Supervisão
- RE 30/2016 – Apoio da União às Honduras
- RE 31/2016 – Mais orçamento da União na ação climática
- RE 32/2016 – Apoio da União à Ucrânia
- RE 33/2016 – Mecanismo de proteção civil da União
- **RE 34/2016 – Combate ao desperdício alimentar**
- RE 35/2016 – Apoio orçamental na África subsariana
- RE 36/2016 – Encerramento dos programas da Coesão e Desenvolvimento Rural

Conclusões

Desafios muito complexos como a crise dos refugiados obrigam a uma reforma da governação financeira (a 27 EM)

Importante reforçar confiança dos cidadãos europeus

Estratégia do Tribunal para 2018-2020: necessidade de repensar a forma de auditar o orçamento da União

Tribunal enquanto auditor externo independente: promover a prestação de contas, e contribuir para melhorar as finanças públicas da União Europeia

Muito obrigado pela atenção!

Tribunal de Contas Europeu